

3 MAR 1988

# Tese militar torna o processo irreversível

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Mais do que querer, tem-se a impressão, cada dia maior, de que os ministros militares estão exigindo cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. Ou, se a Assembléia Nacional Constituinte fixar-se em quatro anos, que exigirão eleições gerais este ano, para todos os cargos eletivos, não só para presidente da República. Consciente ou inconscientemente, na realidade, eles podem estar conduzindo o processo para um caminho sem volta. Porque, como ficarão, no caso de não terem suas pretensões ou exigências atendidas? Mobilizarão os Urutus? O pior que lhes poderia acontecer seria a desmoralização. A derrota numa batalha da qual talvez não se possa mais desengajar.

Assim se encontra a situação, no limiar daquilo que nas viagens de avião se chama o point of no return. Quando o piloto se encontra exatamente na metade do trajeto, avisa pelo rádio que, daquele momento em diante, em caso de pane, terá de fugir para a frente. Para trás ficará mais longe, recuar se tornará impossível.

O PMDB deverá decidir a questão do mandato do atual presidente, e, por isso, desde quinta-feira o deputado Ulysses vem promovendo sucessivas reuniões em sua residência. Elas continuarão, hoje, tão complicadas quanto ontem, na medida em que múltiplas decisões a tomar se conflitam, cada uma gerando alterações nas demais. Parlamentarismo com quatro anos para os presidentes da República? Ou com cinco anos? No caso, haveria exceção para Sarney, isto é, ele ficaria com quatro e os sucessores com cinco? Presidencialismo com eleições presidenciais este ano ou no próximo?

Nem se fala de outra questão grave, a da vigência do parlamentarismo, se ele for aprovado. Imediatamente, no ano que vem ou apenas no término do mandato de Sarney, se ele ficar cinco anos? Mas, se ficar quatro?

Tem mais. Aprovado por pequena margem, o parlamentarismo deverá ser submetido a um plebiscito, para começar a valer? E, se o pronunciamento popular for contrário, volta-se para o presidencialismo da Constituição de 67 ou adota-se a emenda presidencialista de Humberto Lucena?

Sendo ainda mais provável a permanência do presidencialismo, que concessões fazer ao Poder Legislativo? Aceitar a figura estranha de um primeiro-ministro nomeado pelo presidente da República, em condições de ser demitido pelo Congresso quando lhe faltar confiança? Ou os votos de desconfiança valerão apenas para os demais ministros?

Reina, por tudo isso, a mais perfeita confusão, que nem por sombra será igual àquela verificada fora da Assembléia Nacional Constituinte, no País inteiro. A economia estagnou, a performance do governo também. Há desânimo, descrença e perplexidade. Os números de explosão social crescem junto com os avanços e recuos do Palácio do Planalto. Anuncia-se que só depois de ter garantidos os cinco anos o presidente José Sarney se disporá a adotar medidas de salvação nacional. Pode ser que não dê jeito. Nem tempo.

Em meio a tudo isso, o fisiologismo não consegue mudar o raciocínio de que a única saída repousa no "choque de credibilidade". A confusão só seria superada com eleições, o mais breve possível. Nesse caso, os militares adquirem metade da razão, quando as pregam gerais. Mas como convencer deputados e senadores, aferrados a seus interesses? E de que maneira convocar eleições gerais sem o voto de senadores e deputados?

Em termos de sistema de governo, o nó górdio situa-se na escolha do presidente da República. No presidencialismo proposto, ela se dará pela forma tradicional de eleições diretas. Mas no parlamentarismo sugerido, também. Tanto no projeto aprovado na Comissão de Sistematização quanto na emenda do deputado Egdio Ferreira Lima os parlamentaristas não tiveram a coragem de determinar a eleição do chefe de Estado pelo Congresso. Começa aí a fraqueza da tese, bem como pode estar, nela, a chave para o caos. Sabem os constituintes que o povo jamais aceitará ser garfado em seus prolongados anseios de escolher o governante maior. Aconteceria uma convulsão de proporções impercrutáveis se estabelecida a fórmula parlamentarista clássica, da eleição dos presidentes pelo Congresso. Assim, malandramente, os parlamentaristas mantiveram a eleição direta de presidente da República. Curvaram-se a razões culturais e de tradição. Mas estabelecem que o poder de fato fica com o primeiro-ministro, chefe do governo. Também por fraqueza, dão pequenos poderes ao chefe de Estado, complicando ainda mais a equação, pois são poderes bastantes para imobilizar o País. Entre eles, o de nomear os comandantes militares enquanto o primeiro-ministro nomeia os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica e dirige a política de segurança nacional. Ou o de nomear os diretores do Banco Central enquanto o primeiro-ministro nomeia o ministro da Fazenda e dirige a política econômico-financeira.

Alguns, mais afoitos, citam os exemplos da França e de Portugal onde o sistema é parlamentar e os presidentes da República são eleitos pelo voto direto, dispondo, também, de certos poderes. O problema está em que essas duas experiências estão fazendo água. O presidente François Mitterrand, socialista, desdobra-se para não entrar em choque com o primeiro-ministro Jacques Chirac, conservador. O presidente Mário Soares tem os mesmos problemas com o primeiro-ministro Cavaco e Silva. Acresce que as Constituições da França e de Portugal foram casuísticas, feitas para legitimar o poder de fato de Charles de Gaulle e Ramalho Eanes, generais todo-poderosos à procura de modelos teóricos amoldáveis à sua prática. Deram certo os sistemas referidos enquanto os dois militares estiveram no poder.

Entre nós, não haverá sequer um interregno de tranquilidade e acomodação com o sistema parlamentarista proposto. Canhestramente, mesmo sem visar figurinos personalizados, ele envereda pelos descaminhos do "jeitinho" brasileiro. Quer o poder empalmado pelo Congresso, mas não ousa revogar as eleições diretas de presidente da República, temendo rejeição nacional.

Traz, em si mesmo, o germe da crise, já que o mínimo a esperar de um presidente da República escolhido por mais de 40 milhões de votos será que governe, cumpra as promessas de palanque e minore as dificuldades de cada um. De que maneira, porém, se transformado em mero chefe de Estado? O máximo que conseguirá fazer será, se necessário, acutilar o primeiro-ministro, caso pertençam a partidos e a esquemas diferentes. Criar-se-á, então, o caldo de cultura capaz de desmoralizar o sistema e erodir o regime democrático.

A esse filme já assistimos uma vez, em preto e branco, quando na calada da noite, em 1961, o Congresso aprovou o parlamentarismo como forma de conjurar uma crise militar. O resultado foi a ditadura, três anos depois, da qual só nos livramos em 1965. Pode estar em marcha uma nova sessão de cinema, só que em colorido. C.C.